



Transição Justa e Democracia Energética

Proposta dos Trabalhadores antes da Primeira Conferência Internacional sobre a Transição Além dos Combustíveis Fósseis

Santa Marta, Colômbia — 27 de abril de 2026

Contexto político

A “Primeira Conferência Internacional sobre a Transição Além dos Combustíveis Fósseis”, organizada pelos governos da Colômbia e da Holanda e realizada em Santa Marta, Colômbia, está ocorrendo em um cenário internacional muito mais complexo do que se previa quando foi convocada em novembro de 2025, após a conclusão da COP 30 em Belém. Estamos enfrentando uma crise civilizacional sem precedentes, resultado de um modelo capitalista que prioriza o lucro em detrimento da vida. Essa crise civilizacional — que é econômica, de pobreza, desigualdade, guerra e também relacionada ao clima — originada pela exploração ilimitada da natureza em benefício de uma minoria global, gerou profundas desigualdades econômicas, sociais, de gênero e ambientais que hoje ameaçam os próprios alicerces de nossa subsistência.

Eventos climáticos extremos estão transformando o mundo do trabalho ao interromper atividades econômicas essenciais, impor mudanças nos processos de trabalho e aumentar os riscos ocupacionais. Setores como agricultura, construção e transporte, bem como os serviços públicos — incluindo coleta de resíduos sólidos, proteção de recursos naturais e equipes de resposta a desastres — enfrentam perigos crescentes, como o estresse térmico. Os trabalhadores do serviço público estão a trabalhar em condições cada vez mais difíceis e intensas, à medida que a procura por serviços aumenta, por exemplo, nos setores da saúde e da assistência social. Esta realidade atinge de forma particularmente dura aqueles que trabalham no setor informal — vendedores ambulantes, recicladores e cuidadores — e está também a impulsionar a migração forçada de comunidades que têm de abandonar os seus territórios devido à perda dos seus meios de subsistência.

Desde o início de 2026, a situação tem sido agravada por uma violenta luta geopolítica pelo controle dos recursos energéticos, tanto combustíveis fósseis quanto outras fontes. A extrema direita, à frente do imperialismo e das potências neocoloniais, utiliza a guerra e a interferência para manter sua hegemonia, ameaçando a soberania das nações e a autodeterminação dos povos. Esse cenário coincide com a ascensão de uma extrema direita que promove a negação das mudanças climáticas e a governança corporativa como ferramentas para a pilhagem dos bens comuns, levando o mundo a um estado de tensão constante que põe em risco a paz global.

Esta era de total impunidade começou com a intensificação do genocídio israelense contra o povo palestino, que continua até hoje, é transmitido ao vivo e ainda conta com o apoio das principais potências mundiais. Um marco crítico nessa escalada pelo controle das fontes de energia foi a operação militar dos EUA na Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro em 3 de janeiro de 2026, que estabeleceu um precedente perigoso de agressão imperialista direta, violando a soberania e utilizando o poderio militar e a superioridade tecnológica



para subjugar nações e apropriar-se de seus recursos. Um efeito direto dessa ação militar contra a Venezuela foi a radicalização do bloqueio contra Cuba, impondo um bloqueio energético total à ilha.

A agressão conjunta dos EUA e de Israel contra o Irã, realizada desde 28 de fevereiro de 2026, resultando em perda de vidas e destruição de infraestrutura em todo o Oriente Médio, também faz parte dessas guerras pelo controle do petróleo e do gás. Esses eventos sobrecarregaram todo o sistema energético global, demonstrando como a dependência de combustíveis fósseis é usada como arma de guerra e fator de colapso econômico.

Da perspectiva do movimento sindical internacional, reconhecemos que o mundo está passando por um colapso do sistema multilateral, incapaz de deter os múltiplos conflitos ao redor do globo e a paralisia das instituições de proteção dos direitos humanos, da ajuda humanitária e de outras agências — uma situação que facilitou o avanço de agendas belicistas, odiosas e racistas. Expressamos nossa solidariedade, em particular, com a causa do povo palestino, denunciamos o genocídio em curso em Gaza e condenamos todas as formas de colonialismo, interferência e bloqueios contra nações soberanas.

Nesse cenário, o desafio da Conferência de Santa Marta reside em abordar a contradição entre a necessidade do sistema capitalista de maximizar o uso de combustíveis fósseis para sustentar seus lucros e a necessidade urgente da população global de encontrar soluções para superar a crise climática e avançar rumo a economias de baixo carbono por meio de processos transformadores voltados para a justiça social. A transição para longe dos combustíveis fósseis é essencial para combater a crise climática e reduzir as causas de conflitos pelo controle de recursos, colonialismo e exploração. O movimento sindical reafirma que essa transição não pode ser um mero ajuste técnico, mas deve ser um processo que garanta o desenvolvimento sustentável, com justiça social, fiscal, de gênero, econômica e ambiental, baseado na democracia, transparência e participação.

Nesse sentido, afirmamos que a luta contra a evasão fiscal para garantir receitas extraordinárias e a promoção de títulos de investimento obrigatórios para a paz com a natureza devem se tornar fontes legítimas de financiamento internacional. Isso requer uma nova governança global que enfrente os paraísos fiscais, controle os fluxos de capital e reconheça os direitos da natureza como um limite ao poder de mercado. Não haverá transição justa de verdade se os lucros forem privatizados e os custos socializados; a justiça climática exige justiça fiscal, poder sindical e uma ruptura definitiva com a lógica capitalista que transformou a vida em mercadoria.

Reafirmamos nosso compromisso com uma transição justa, baseada no respeito e na promoção dos direitos trabalhistas fundamentais da OIT, capaz de gerar e garantir o desenvolvimento sustentável, com trabalho decente — proteção social universal, liberdade de associação, negociação coletiva, justiça social — igualdade e equidade de gênero, soberania alimentar e energética, conservação dos bens comuns e autodeterminação dos povos, territórios e nações. Reafirmamos que, juntamente com os movimentos sociais aliados na região e em todo o mundo, continuaremos a avançar e a defender a agenda dos trabalhadores, para construir a justiça em todas as suas dimensões.

Por fim, nós, os sindicatos, chegamos a esta conferência reafirmando que somente por meio da paz, do desarmamento, da integração regional e da democracia será possível uma



justa. Nós nos opomos ao aumento dos gastos militares e ao rearmamento da indústria. Exigimos um modelo que aborde as assimetrias entre as classes sociais e entre as nações do Norte e do Sul, garantindo o direito de todos os povos ao desenvolvimento que preserve os bens comuns. Continuaremos a promover uma agenda em que o trabalho decente, a soberania e a autodeterminação sejam os pilares de um futuro sustentável para a classe trabalhadora.

Declaração de Princípios e Visão Política

O movimento sindical internacional sustenta que a Transição Justa deve ser entendida como uma profunda mudança sistêmica, rejeitando qualquer processo que transfira os custos da crise para a classe trabalhadora ou amplie as disparidades entre o Norte Global e o Sul Global. O Norte Global deve assumir suas próprias responsabilidades reparatórias, cancelando a dívida com o Sul Global, acelerando a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e transferindo tecnologias e recursos financeiros para mitigação, adaptação, perdas e danos, e a Transição Justa para os países do Sul Global.

Nesse sentido, propomos colocar “o público” no centro, gerenciando a energia como um bem comum e um direito humano sob propriedade, gestão e provisão públicas participativas, e promovendo alternativas de gestão comunitária, ao mesmo tempo em que combatemos seu tratamento como mercadoria para o lucro corporativo. Essa visão exige uma integração soberana dos povos, baseada no consenso dos movimentos sociais e livre de modelos impostos por agendas neoliberais que desconsideram a autonomia territorial.

Da mesma forma, denunciemos a captura corporativa das agendas climáticas e rejeitamos “falsas soluções”, como mercados de carbono, geoengenharia e mecanismos de “carbono zero”, que permitem que as empresas transnacionais continuem poluindo sob uma aparência de sustentabilidade. Nossa proposta é uma visão contra-hegemônica que rompe com a lógica do “capitalismo verde”, priorizando a vida em detrimento da acumulação de capital e desmascarando o atual modelo extrativista. Essa abordagem deve levar em conta o contexto atual de guerra pelo controle dos recursos e a crise da democracia regional, integrando plenamente a Agenda do Trabalho Decente da OIT e garantindo a liberdade de associação e a negociação coletiva como pilares indivisíveis do processo.

Pilar 1: Superação da Dependência Econômica e Reestruturação Territorial

A descarbonização de nossas economias deve ser um processo planejado que garanta a estabilidade dos territórios e o bem-estar de seus habitantes por meio de um diálogo social vinculativo, conforme definido nas diretrizes de transição justa da OIT. Esse processo também deve estar aberto à participação democrática das comunidades, dos povos indígenas e dos movimentos sociais, e basear-se em critérios de transformação social que reduzam as desigualdades e sejam redistributivos, em vez de concentrar recursos e poder.

Propomos a criação de espaços tripartites institucionais permanentes, nos quais os sindicatos tenham poder real de decisão sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e os planos setoriais, garantindo que esses diálogos ocorram em pé de igualdade e harmonizem os níveis nacional, regional e local. Não aceitaremos



processos meramente consultivos que deixem os trabalhadores à mercê das forças de mercado após o fechamento de indústrias e não tenham o objetivo de ser vinculativos para as empresas.

Para alcançar uma reestruturação eficaz, exigimos programas estruturados de capacitação técnica e realocação profissional com garantia de emprego digno. Esses sistemas universais de proteção social devem ser financiados por meio de recursos baseados na justiça fiscal. Outra medida necessária é a implementação de políticas que incluam reabilitação de saúde para as pessoas afetadas e o reconhecimento de doenças ocupacionais crônicas para possibilitar a aposentadoria antecipada.

Essas políticas devem incluir programas estruturados e coerentes, com orçamentos alocados, para se tornarem verdadeiras políticas de Estado, envolvendo todos os ministérios e órgãos públicos, de modo que transcendam as mudanças de governo e garantam segurança de renda e acesso à saúde em todos os momentos.

Exigimos que as empresas multinacionais e mineradoras assegurem que seus processos de fechamento e retirada desses territórios sejam justos, participativos e com foco local, garantindo reparação integral pelos danos sociais, trabalhistas, ambientais e culturais causados pelo extrativismo, bem como medidas de restauração, transição econômica e garantias de não repetição, e que o governo atue como fiador dessas medidas.

Serviços públicos universais de alta qualidade — financiados, geridos e prestados com recursos públicos — são essenciais para a diversificação econômica. Novas estratégias de desenvolvimento, cujo objetivo principal é combater as desigualdades estruturais, não podem surgir sem instituições e serviços públicos sólidos que garantam um planejamento eficaz e se concentrem em atender às necessidades, em vez de maximizar lucros. Além disso, a qualidade dos serviços públicos é vital para a construção de uma sociedade mais resiliente e equitativa, atendendo às necessidades das comunidades, fortalecendo sua resiliência e ajudando-as a suportar os impactos da crise climática.

Pilar 2: Transformação da Oferta e da Demanda (Democratização)

A transição justa representa uma oportunidade histórica para democratizar o sistema energético, garantindo que a energia seja um direito fundamental liderado por empresas públicas e formas de gestão com participação social e comunitária. Propomos que as empresas estatais funcionem como motores da transição justa, com mandatos legais para expandir a energia renovável pública, distintos da gestão participativa das empresas de propriedade comunitária. Isso inclui políticas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de energia limpa e o papel do Estado nesse processo.

É imperativo revogar as leis de privatização e outras formas de controle privado sobre as empresas, para restaurar a função social e ética pública dessas entidades e desenvolver arquiteturas bioregionais que promovam microrredes socialmente controladas.

Essa democratização requer uma adaptação tecnológica que incorpore ferramentas às realidades locais e aos modos de vida não monetários dos povos indígenas, garantindo que infraestruturas essenciais, como ferrovias e transporte público local, sirvam para



transformar o modelo de produção sem criar novas dependências e reconhecendo a mobilidade sustentável como um direito universal.

Exigimos a proibição das exportações de energia que alimentam genocídios, guerras e outros crimes, e responsabilizamos as empresas de energia por seus crimes ao longo de toda a cadeia de abastecimento, desde a extração até o consumo final.

Seguindo as recomendações da OIT, promover cooperativas e empresas da economia social para dar às comunidades o controle sobre a produção e os preços, integrando as compras públicas para estimular as MPMEs locais.

Pilar 3: Cooperação Internacional e Nova Governança Global

A arquitetura internacional deve ser substancialmente reformada para permitir uma transição justa em todo o mundo, e especialmente no Sul Global, que seja juridicamente vinculativa e sujeita à supervisão sindical, começando com um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis e continuando com o planejamento para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis a fim de cumprir a meta de 1,5 grau. Exigimos a eliminação do regime de resolução de disputas entre investidores e Estados (ISDS), que concede às empresas transnacionais o poder de contestar medidas tomadas de forma democrática e soberana em prol do interesse público.

Propomos um financiamento baseado em responsabilidades comuns, porém diferenciadas, concedido por meio de doações e trocas de dívida por ações climáticas, ancorado em princípios de justiça fiscal que combatam diretamente a evasão fiscal, os paraísos fiscais, os fluxos financeiros ilícitos e a reorientação dos subsídios aos combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que tributem os lucros extraordinários das empresas de energia, garantindo que o custo não recaia sobre as contas das famílias ou a dívida pública.

A cooperação deve garantir que as transferências de tecnologia não gerem dívida, não deixem para trás capacidade instalada e não sejam condicionadas por patentes, adaptando-se às condições e necessidades energéticas nacionais e estabelecendo cotas para a participação dos trabalhadores em novas indústrias sustentáveis por meio da criação de trabalho decente. É essencial aplicar normas vinculativas de devida diligência da OIT em toda a cadeia de valor da energia limpa para prevenir o trabalho precário.

Além disso, promovemos planos nacionais de Trabalho Decente e o Acelerador Global para o Emprego e a Proteção Social para Transições Justas, a fim de mobilizar recursos coordenados que apoiem os processos nacionais de descarbonização com justiça social.

Considerações Finais

A sustentabilidade de qualquer processo de transição justa depende da integração e cooperação regional e global, pois nenhum país agindo isoladamente será capaz de enfrentar as dinâmicas do mercado transnacional e o controle corporativo da energia. É também necessário adotar uma abordagem centrada nas pessoas, inclusiva e feminista, baseada em classes, que reconheça o trabalho de cuidados e a paridade de gênero na tomada de decisões. É necessário erradicar a cultura antissindical e garantir o respeito absoluto pelos direitos trabalhistas fundamentais da OIT,



incluindo os direitos dos povos indígenas, com consentimento prévio e informado, de acordo com a Convenção 169.

A participação efetiva das organizações sindicais, ao lado das comunidades urbanas e rurais, dos povos indígenas e de outros setores afetados, é uma das garantias de legitimidade e viabilidade política para alcançar a justiça climática global que assegure meios de subsistência dignos para toda a classe trabalhadora.